

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.916 - RS (2019/0030932-7)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : RODRIGO ROCHA DO AMARAL (PRESO)  
**ADVOGADO** : MATEUS PORTO - RS053019  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RODRIGO ROCHA DO AMARAL contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0334111-97.2018.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 38/51).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 101):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PERIGO DA LIBERDADE DEMONSTRADO. 1. Paciente que é indicado como sendo o braço direito do líder da organização investigada, a qual seria responsável pela expressiva movimentação de drogas. 2. A questão da materialidade delitiva não pode ser devidamente aferida sem cópia integral do processo. Não obstante, o paciente está vinculado a organização que seria responsável pela venda de drogas, possivelmente vinculando a ele as diversas apreensões existentes. 3. Decreto prisional devidamente fundamentado, indicando a necessidade da prisão diante dos indícios da prática de crime organizado. ORDEM DENEGADA.*

Neste recurso ordinário, sustenta a defesa, em síntese, que não estariam presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz, nesse sentido, que "*verifica-se do caso em testilha que na verdade a custódia preventiva na espécie veio calcada unicamente na gravidade genérica dos próprios tipos penais objetos da investigação policial sub judice*" (e-STJ fl. 120).

Pondera que "a prisão preventiva não é instrumento de antecipação punitiva nem de gestão de riscos inerentes à vida em sociedade. Lembra HASSEMER, que a prisão preventiva não pode perseguir objetivos do direito penal material, pois a perseguição com finalidade de prevenção geral ou especial pressupõe que se encontre firme o pressuposto da culpabilidade" (e-STJ fls. 121/122).

Requer, inclusive liminarmente, o provimento do recurso a fim de se expedir alvará de soltura em benefício do recorrente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, consoante consta da decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente (e-STJ fls. 41/42):

*No relatório de investigação da denominada Operação Faxina, enviado pela Delegacia de Polícia de Rio Pardo (fls. 08/120), é possível verificar, pelos diálogos interceptados e fotografias juntados às fls. que há indícios de que ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA, RODRIGO ROCHA DO AMARAL, LEONEL VÍTOR ROSA ALENCAR, CLERES BARROSO ROCHA DO AMARAL, LEONARDO DE ASSIS RODRIGUES, MARA LECIANA BEHLING, SÍLVIO LEMES DE SÁ, MARIA SUZANA MAIA, CARLOS MIGUEL PIRES SILVEIRA, CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA, EDENILSON DE FREITAS SILVEIRA, CRISTIANO DA SILVA SOUTO e DIOGO MASSULO estariam dedicando-se, de forma conjunta, ao tráfico.*

*Com efeito, conforme o referido relatório, há indícios de que ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA seria o chefe da organização, conforme se verifica das conversações interceptadas destacas às fls. 10/12, tendo como seu braço direito RODRIGO ROCHA DO AMARAL, que seria responsável pela entrega e distribuição de drogas do grupo (conversar interceptadas às fls.12- verso e 13), tendo inclusive sido abordado dirigindo um veículo roubado, contudo, conseguiu fugir (ocorrência policial n° 9785/2018 - fl. 32). RODRIGO, também teria uma 'boca de fumo' na Rua do Bosque.*

[...]

*Segundo informações do relatório (fls. 08/120), RODRIGO ROCHA*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*DO AMARAL, braço direito de ODAIR, conta com o apoio de LEONEL VÍTOR ROSA ALENCAR para administrar a 'boca de fumo' localizada na Rua do Bosque, vendendo as drogas diretamente.*

*[...]*

*Ainda, segundo o relatório da investigação, com o monitoramento das linhas interceptadas, foi possível apurar que CLERES BARROSO ROCHA DO AMARAL, ex-esposa de RODRIGO, é responsável pela Boate "Morena Rosa" onde realiza tráfico de drogas no local e presta apoio a ODAIR, MARA e RODRIGO, conforme pode-se aferir das telas de celular com mensagens captadas de fls.68-verso/70 e conversas interceptadas de fls.16-verso/17. (Grifei.)*

Tais circunstâncias, a meu ver, justificam, ao menos neste juízo de prelibação, a manutenção da prisão cautelar, em razão da necessidade de acautelamento da ordem pública.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator